

FH chama críticos de demagogos

■ Presidente pede que Congresso aprove reforma da Previdência e diz que "palavras vazias" não reduzirão juros nem farão país crescer

FABIANO LANA

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso respondeu ontem aos críticos do ajuste fiscal, durante a solenidade de assinatura das medidas do governo contra o aumento do desemprego, no Palácio do Planalto. Fernando Henrique considerou as críticas "demagógicas" e chamou de "cassandra" e "opiniáticas" as pessoas que atacam as altas taxas de juros e pedem crescimento do país, sem propor medidas alternativas ao ajuste. O presidente pediu ao Congresso para, a partir de hoje, derubar os três destaques da reforma da Previdência para que o Brasil possa superar o período de crise.

O presidente classificou de "palavras vazias" as condenações ao programa de ajuste fiscal do governo. "A hora não é de recuo, de regaças, de esperteza, não é de palavras vazias, de quem diz 'sou contra o ajuste fiscal'. É contra por quê? É a favor do quê, então? E também não venha me dizer palavras vãs — 'sou a favor de abaixar os juros e aumentar o crescimento'; isso é demagogia se não nos dão os instrumentos para tal", disse. Ontem, no JB, o governador eleito de Minas, Itamar Franco, criticou a política de juros e pregou crescimento econômico. Recentemente, também criticaram os juros o ex-governador Leonel Brizola, os governadores eleitos Olívio Dutra, Mário Covas e Anthony Garotinho.

De cassandas (personagem da mitologia grega que traçava os infortúnios dos seres humanos) e opiniáticos foram chamados, pelo presidente, os analistas que pregam um futuro turbulento para o país. "Não sou dos que acreditam em recessão. Disse isso em 1997, crescemos 3,67%. Agora, as cassandas de sempre, sobretudo os opiniáticos internacionais, ditam cifras a torto e a direito: o que tem que fazer, não tem que fazer, vai crescer, não vai crescer. Nossa obrigação não é a de fazer prognósticos, mas de transformar a realidade e criar condições para que os diagnósticos pessimistas fiquem sufocados neles próprios."

Em seu desabafo contra os críticos, Fernando Henrique afirmou que é uma responsabilidade imensa que está nas mãos do Congresso. "Tenho certeza e esperança que o Congresso não venha a postergar votações e que possamos, também, seguir adiante com medidas extremamente austeras na gestão da coisa pública, para que possamos baixar as taxas de juros", afirmou o presidente, sempre sério, no discurso em seu gabinete. Fernando Henrique se desculpou, diversas vezes, por estar se desviando do tema da solenidade, as medidas contra o desemprego, para responder aos críticos do ajuste fiscal.

No começo da noite, o porta-voz da Presidência da República, embaixador Sergio Amaral, respondeu às críticas do economista americano Rudi Dornsbuch, que, segundo ele, é um dos opiniáticos citados por Fernando Henrique. Dornsbuch afirmou que o Brasil sofre um déficit de confiança e o ajuste fiscal é ineficiente. "O presidente acha que os brasileiros devem seguir a própria cabeça e não as do que não acompanham a economia brasileira no seu dia-a-dia", disse Amaral.

O presidente afirmou que várias das medidas que foram propostas ontem para enfrentar o desemprego são antigas bandeiras das centrais sindicais, inclusive da Central Única dos Trabalhadores (CUT), opositora do governo. "Espero que dessa vez a CUT diga sim, ao invés de simplesmente dizer que quer dialogar e votar não. Estamos abertos ao diálogo construtivo, sempre estivemos."

De acordo com o presidente, bastaria à oposição retirar os três destaques da reforma da Previdência para que o Brasil volte a "andar mais depressa". "Nesse momento, a possibilidade de andarmos mais depressa está outra vez nas mãos do Congresso Nacional. Acho que se oposição pensasse no Brasil retiraria os destaques de votação em separado. O que ali se pede é simplesmente o seguinte: que seja mantida como idade mínima de aposentadoria do funcionalismo público 55 anos para as mulheres, 60 para os homens. O setor pri-

vado nunca se aposenta com menos do que isso. Não há razão em transformar privilégios em direito. Quem paga é o setor privado."

Fernando Henrique afirmou ter convicção que o Congresso votará a favor do governo, "como nunca falhou nesses momentos de dificuldades, como na crise de outubro de 1997, por vários motivos, entre eles a imagem internacional do Brasil". "O mundo todo está nos olhando por essas questões, porque sabe que ou resolvemos esta crise estrutural, sobretudo a da Previdência, ou não teremos como enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. E queiram os atrasados ou não, as economias são interligadas e sofremos os efeitos das percepções ainda que sejam equivocadas muitas vezes, de que nos fazem pelo mundo afora", afirmou.

Aos que atacam a alta dos juros, Fernando Henrique respondeu que se pudesse baixaria um decreto determinando a queda das taxas. "É uma ilusão pensar que a vontade política do presidente resolve isto. Se resolvesse assinaria um decreto, baixando para zero as taxas de juros. Ou 1%, para não sermos radicais. Se fizesse isso apenas seria uma gargalhada universal e uma recusa imediata daqueles que têm os recursos para emprestar ao governo, que deve R\$ 50 bilhões a cada ano basicamente por causa da Previdência. Haveria uma explosão inflacionária no Brasil", explicou.

Para conseguir a redução dos juros, segundo o presidente, será preciso a aprovação das reformas. "Esse é o nó da questão. É ilusório pensar em outra coisa. É tão simples entender isso, e aqueles que não entendem é por razões de política e não de interesse nacional. Perdoe-me dizer dessa maneira direta, mas é verdade. O resto é girar em círculo."

O porta-voz Sergio Amaral afirmou que a decisão do PMDB de apoiar ou não o governo é uma questão interna. O embaixador, entretanto, lembrou que os líderes do partido já anunciaram seu apoio ao programa de ajuste fiscal.